

9 Relatório do Património

**ESTUDO IMPACTE
AMBIENTAL – DESCRITOR
DE PATRIMÓNIO**

2026

**AMPLIAÇÃO DA
EXPLORAÇÃO
AVÍCOLA MICHEL
PAIVA
UNIPESSOAL LDA**

COORDENAÇÃO GERAL		Artur Fontinha		
COORDENAÇÃO PROJETO		Artur Fontinha		
DIREÇÃO CIENTÍFICA		Artur Fontinha		
EQUIPA TÉCNICA		Artur Fontinha João Silva		
RESPONSÁVEL DESENHO		Artur Fontinha João Silva		
RESPONSÁVEL TOPOGRAFIA		-		
ENTIDADE ENQUADRANTE		AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO		
ENTIDADE CONTRATANTE		ENGISAUDE – Ambiente, Saúde e Formação, lda		
PROPRIETÁRIO		Michel Paiva Unip lda		
DESPACHO AUTORIZAÇÃO		2025/1(298)		22.05.25
ACRÓNIMO		EAMP.25		
DISTRITO		Viseu		
CONCELHO		Castro Daire		
FREGUESIA		Castro Daire		
COORDENADAS	M	P	A	CMP
	40.906310	-7.884963		157
DATA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS	Início		Fim	
	02.06.25		29.03.26	
DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO		Rua Albino José Domingues, 74 2º sala AX 4470-034 Moreira da Maia		
DEPÓSITO TEMPORÁRIO DO ESPÓLIO EXUMADO		Não se aplica		

FICHA TÉCNICA

A AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO, apresenta o
Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto
“Ampliação da Exploração Avícola Michel Paiva Unipessoal lda” em fase de
Projeto de Execução.

O presente Estudo, adjudicado pela ENGISAUDE – Ambiente, Saúde e
Formação, lda, foi elaborado de acordo com a legislação em vigor,
nomeadamente a lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património
Cultural); Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova,
para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património
Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em
La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992; Decreto-Lei n.º 164/2014, de
04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); DGPC,
Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património
Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de
Impacte Ambiental*; Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que
estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho
arqueológico; e Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que
faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as
regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos
arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação
digital, tendo sido autorizado pelo despacho 2025/1(298) de 22.05.25. O
presente Documento resulta da compilação de toda a informação
proveniente, quer da pesquisa bibliográfica, quer do trabalho de campo.

Este Documento é composto por:

Relatório Base

Anexos Técnicos

Moreira da Maia, Março de 2026

ARTUR FONTINHA, DR.

Arqueólogo

NOTA

INTRODUTÓRIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
ENTIDADES CONTATADAS	5
CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR	6
DESCRIÇÃO DO PROJETO	6
METODOLOGIA	9
DEFINIÇÃO DO ÂMBITO	10
AValiação	11
IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTES COM EXPLICITACÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS	14
REGISTO E INVENTÁRIO	21
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL	23
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	24
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	24
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	26
ANÁLISE TOPONÍMICA	30
ANÁLISE FISIAGRÁFICA	31
TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO	34
RESULTADOS - SÍNTESE	37
OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS	37
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE	37
AValiação DE IMPACTE	37
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	38
CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO	39
PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	41
LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO	41
BIBLIOGRAFIA	43
ENQUADRAMENTO LEGAL	43
CARTOGRAFIA	44
BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET	44
ANEXOS	45
ANEXO I – REGISTO FOTOGRÁFICO	46
ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	59
ANEXO III – FICHA DE SÍTIO	68
ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS	71

INTRODUÇÃO

O presente Documento insere-se no âmbito do Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto “Ampliação da Exploração Avícola Michel Paiva Unipessoal, Lda”. A sua execução foi da competência da empresa ENGISAUDE – Ambiente, Saúde e Formação, Lda, que por sua vez adjudicou os trabalhos relativos ao descritor “Património Cultural” à AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO. Este relatório dá conhecimento à tutela e à entidade contratante, da atividade desenvolvida pela equipa de arqueologia.

Este relatório pretende efetuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, 1.000,00 metros para além dos limites definidos no mesmo, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados.

Tendo como objetivo contextualizar a área do projeto do ponto de vista do Património Cultural:

- Entende-se por Área de Estudo (AE) a área situada entre o limite da Área de Incidência Direta (AID) e a que se estende até um mínimo de 1.000,00 metros para além dos limites definidos no mesmo.

- Entende-se por Área de Incidência Direta (AID) do projeto aquela que é diretamente afetada pela execução e exploração do mesmo.

- Entende-se por Área de Indireta (AI) do projeto aquela que é passível de ser afetada no decorrer da implementação do mesmo, ou seja, que se estende entre a AID e 50 metros para além dos seus limites.

Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afetadas à empreitada.

Os Relatórios Finais resultantes desses trabalhos serão apresentados ao organismo competente da administração do Património Cultural para apreciação (alínea a) dos n.º 2 e 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, só devendo figurar nos relatórios técnicos (EIA e RECAPE) depois de aprovados, de forma a validar o conteúdo do respetivo fator ambiental.

ENTIDADES CONTACTADAS

No âmbito do desenvolvimento deste Documento foram realizados os seguintes contactos:

- **CCDR-CENTRO.** Foi solicitado um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) com a data de 10.05.25.

- Câmara Municipal de Castro Daire. Neste contato foram solicitadas informação relativas ao património arqueológico e arquitetónico na área de estudo, assim como solicitadas informações sobre a carta de condicionantes e de ordenamento do PDM.

CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os trabalhos a realizar darão cumprimento à legislação em vigor, para execução de trabalhos arqueológicos:

- lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural);
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
- DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*;
- Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico;
- Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

A exploração existente, constituída por dois pavilhões está implantada numa parcela de terreno baldio, inscrito na matriz rústica com o n.º 8882 da respetiva freguesia e omissa no registo predial. Foi objeto de aditamento ao contrato de cessão de exploração com vista a permitir a ampliação, ficando a parcela com a área de 89106m².

Atualmente com a área de construção de 4289,21m², está licenciada para a produção de 507CN=84500 aves por ciclo.

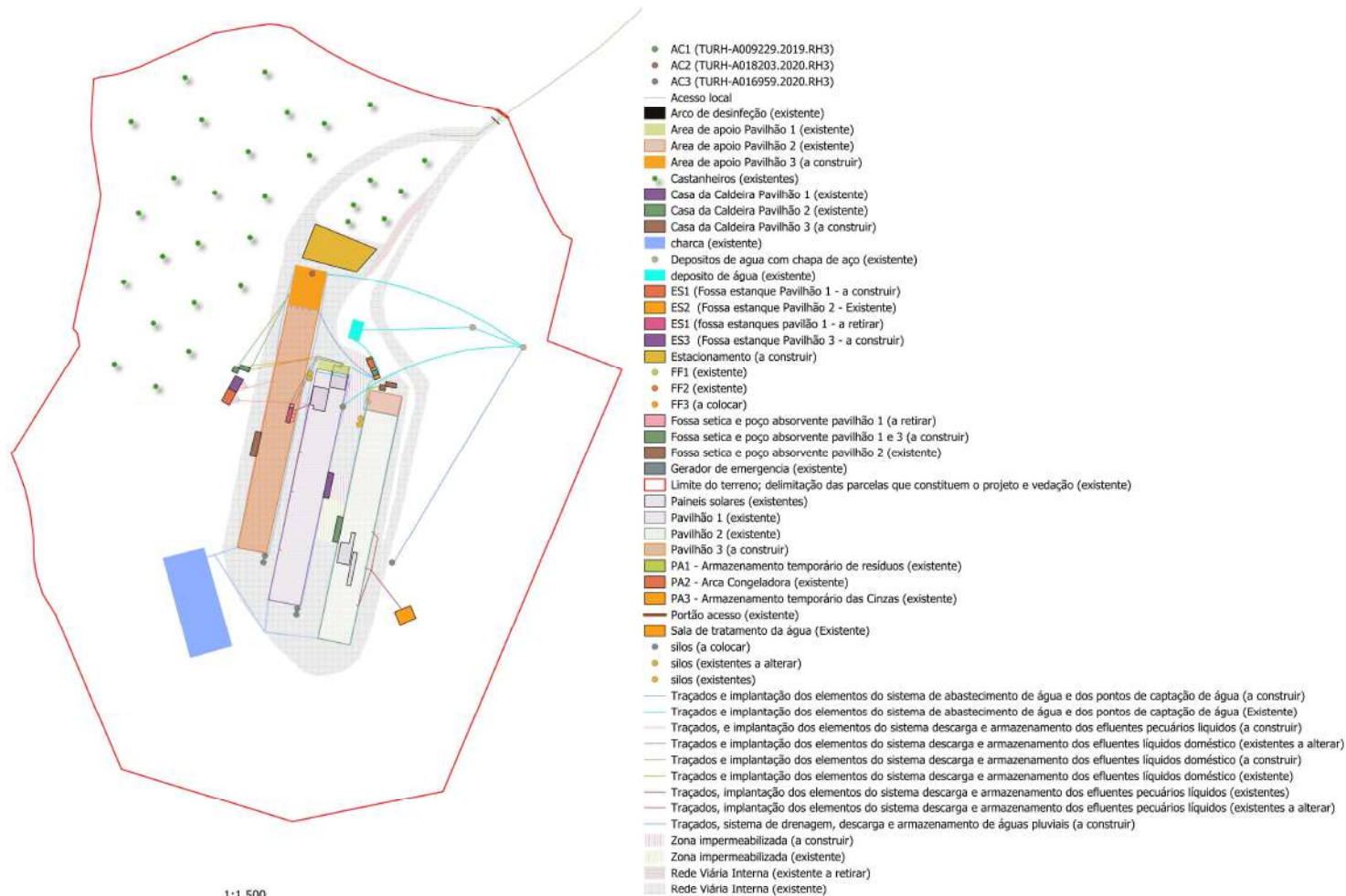
Prevê-se que os pavilhões funcionem autonomamente, designadamente quanto ao sistema de alimentação e controlo ambiental.

O “pavilhão (3)” a executar, irá permitir a produção total de 264CN=44000 aves por ciclo em sistema intensivo, com aumento da área de construção em 2433,58m², incluindo a área destinada a armazém para biomassa, caldeira de aquecimento e respetivo depósito, será implantado de forma a garantir as distâncias regulamentares tanto a vias de acesso como a

confinantes, obedecendo às disposições legais aplicáveis, organizado pelos seguintes espaços:

- Instalação sanitária, vestiário, armazém de biomassa, área destinada ao sistema de aquecimento, zona de painel evaporativo e pavilhão de produção, destinada ao crescimento dos frangos, equipada com alimentadores, bebedouros, controlo de temperatura, controlo de pressão, controlo de humidade, sistema anti asfixia e sistemas de recolha de águas de lavagem.

A gestão/controlo será efetuada a partir da existente no “pavilhão (1)”, onde serão devidamente armazenados os medicamentos e outros produtos necessários ao bem-estar das aves e todos os registos relativos à produção. A instalação sanitária/vestiário é dotada de cabine de sanita, urinol, duche e lavatórios, munida de estojo de primeiros socorros e equipada dos respetivos utensílios necessários à sua utilização, provida de meios apropriados para a mudança de vestuário/calçado. O acesso à área de produção está dotado de antecâmara com tapete sanitário de passagem obrigatória para desinfeção do calçado, as restantes portas destinam-se exclusivamente a facilitar o ciclo de produção (saída das aves, lavagem/desinfeção do pavilhão).



Proponente: Michel Paiva Unipessoal, Lda
Assunto: Ampliação da exploração avícola - Estudo de Impacte Ambiental
Título: Implantação da exploração
Data: outubro 2025 (revisto março 2026)

Figura 1– Desenho de projeto

METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a Metodologia utilizada para Estudo de Situação de Referência ao nível do Descritor do Património que teve como diretiva a Circular da DGPC, de 29 de Março de 2023 sobre os “Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”.

A área onde será implementado o projeto em causa é alvo de uma análise por forma a obter um conhecimento mais aprofundado do espaço no que respeita à sua antropização ao longo dos tempos, englobando as valências **arqueológica, patrimonial, arquitectónica e etnográfica**.

São consideradas como **Ocorrências Patrimoniais** relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

- Elementos abrangidos por figuras de protecção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso de Monumentos Nacionais existe segundo a Lei nº. 107/2001 de 8 de setembro uma zona de protecção de 50m e uma zona especial de protecção de 50m (ZEP), onde estão impedidas construções e alterações de topografia, os alinhamentos e as cêrceas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios;
- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;
- Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efectiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais.

É também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento:

- Vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas);
- Vestígios de vias viária e caminhos antigos;
- vestígios de mineração, pedreiras e extração de outras matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e de limitação de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;

- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

No presente Estudo, estes dados são denominados, de forma genérica, como **Ocorrências Patrimoniais**, doravante designadas também de **OP**.

A natureza do património é assim dividida em três categorias distintas:

- **Património arqueológico;**
- **Património arquitectónico;**
- **Património etnográfico.**

Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques. Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. Na Tabela de referência de ocorrências, é escolhido salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjetividade implícita na escolha.

São tidos em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer:

- **Impacte direto negativo**, quando o Elemento Patrimonial sofresse destruição;
- **Impacte indireto negativo**, quando a Ocorrência Patrimonial pudesse ser afetado visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afetos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade.

Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados. Após a conclusão dos trabalhos seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente do PCIP.

DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

Caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural, com vista à identificação das questões significativas associadas às fases prévias à construção, de construção, exploração e desativação (i. e., identificação e avaliação de potenciais impactes significativos):

- **1** Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que se sobreponham à área do projeto;

- **2** Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais) e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico;
- **3** Síntese histórico-arqueológica da Área de Estudo e Áreas de Incidência do projeto.

AVALIAÇÃO

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) sustenta-se, entre outros, na elaboração de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA), tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução dos projetos e respetiva Pós-Avaliação (PA).

Com esta finalidade, nesta fase são implementados os seguintes procedimentos:

- Definição da Área de Estudo (AE) para o fator ambiental Património Cultural, bem como das áreas de Incidência Direta (AID) e Indireta (AI) do projeto.

Tendo como objetivo contextualizar a área do projeto do ponto de vista do Património Cultural, entende-se por AE a área situada entre o limite da AID e a que se estende até um mínimo de 1000 metros para além dos limites definidos no mesmo.

Entende-se por AID do projeto aquela que é diretamente afetada pela execução e exploração do mesmo.

Entende-se por AI do projeto aquela que é passível de ser afetada no decorrer da implementação do mesmo, ou seja, que se estende entre a AID e 50 metros para além dos seus limites.

- Descrição e caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural:
 - a. Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e os IGT que se sobreponham à área do projeto;
 - b. Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais), e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico; A pesquisa bibliográfica e Documental baseia-se nas seguintes fontes de informação: Bibliografia específica, Documentação, Cartas Arqueológicas, Inventários de Património Arqueológico e Arquitectónico, Carta de condicionantes do PDM (Planos de Pormenor Municipais); Inventários Patrimoniais de organismos públicos (Consultadas as seguintes bases de dados), <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Portal do Arqueólogo: Sítios (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos,

doravante designada Endovélico)¹ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>, www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm, Ulysses, sistema de informação do património classificado/DGPC da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico³ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários⁵ da autoria de Pedro Soutinho, Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;

- c. Recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário;
- d. Análise toponímica e fisiográfica da cartografia, incluindo a histórica e cadastral, complementada pela análise de ortofotomapas, sempre que se revele pertinente; Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente. Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospetar
- e. Elaboração do enquadramento histórico e arqueológico da AE;

- f. Relocalização no terreno dos dados previamente recolhidos, quer se localizem na AID quer na AII;
- g. Prospeção arqueológica sistemática das áreas de implantação das componentes do projeto que não apresentem alternativa de localização; Entende-se por prospeção sistemática o percorrer a pé todas as áreas passíveis de serem observadas arqueologicamente, devendo a mesma ser efetuada por vários prospetores em linhas paralelas com uma distância entre si não superior a 20 metros. Nos casos de projetos abrangendo grandes áreas ou na proximidade de áreas com reconhecida sensibilidade arqueológica, em situações vegetação muito densa, poderá ser recorrer-se, complementarmente, ao levantamento da AE do projeto com utilização de tecnologia LiDAR- voo combinado LiDAR e fotoaerofotogrametria (canais vermelho, verde, azul infravermelho de proximidade com um mínimo de 120 pontos por m²). Os dados apurados deverão ser processados por um arqueólogo especialista em fotointerpretação. A apresentação de resultados deverá ser realizada em forma de relatório.
- h. Em fase de Estudo Prévio (EP) ou de Anteprojeto (AP), prospeção seletiva que cubra uma amostragem correspondente no mínimo a 25% da área total de cada uma das alternativas de localização apresentadas; Entende-se por prospeção seletiva a batida de zonas criteriosamente selecionadas, como indicadores de potencial arqueológico, tendo por base a pesquisa bibliográfica, os indícios de natureza toponímica, fisiográfica e informação oral, recolhidos previamente, e a observação direta da paisagem.
- i. Em fase de Projeto de Execução (PE), prospeção sistemática das áreas a afetar pelo projeto (AID e AII), áreas a afetar no decurso da obra e ainda as correspondentes ao restabelecimento da rede viária, à construção e/ou melhoria dos acessos à obra, aos estaleiros, assim como aos locais de empréstimo e depósito de terras e / ou de dragados;
- j. As áreas de projeto não prospectadas por desconhecimento da sua localização serão indicadas no relatório;
- k. As áreas não prospectadas devido a outros impedimentos serão implantadas na cartografia;
- l. No caso de impedimento pontual na realização da prospeção, este será justificado, discriminando as diligências efetuadas;

- m. Descrição das condições de visibilidade do solo, para artefactos e estruturas, através de uma classificação simplificada e sua representação cartográfica, com sinalização das ocorrências identificadas, com trama ou cor, à escala adequada ao projeto; no caso de PE, quando se justifique, apresentar cartografia à escala de projeto (1:5 000 ou 1:2 000);

A visibilidade dos solos tem por base as seguintes unidades de observação:

- Visibilidade Nula: vegetação ou Arvoredo denso do terreno, sendo intransponível ao percurso pedestre. São ainda incluídos nesta categoria o acesso vedado ao terreno, assim como terreno com forte inclinação, não prospektado por questões de segurança. Geralmente representada a vermelho nas peças desenhadas;
- Visibilidade Parcial: Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Alguma dificuldade na observação de materiais arqueológicos e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a amarelo nas peças desenhadas;
- Visibilidade Boa: Sem arvoredo, com vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a verde nas peças desenhadas.

- n. Atribuição de valoração às ocorrências patrimoniais identificadas, com vista à hierarquização da sua importância científica e cultural, com base nos seguintes critérios: valor da inserção paisagística, valor da conservação, valor da monumentalidade, valor da raridade regional, valor científico e valor histórico.

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTES COM EXPLICITACÃO DOS CRITÉRIOS

UTILIZADOS

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todos as Ocorrências Patrimoniais identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação *in situ*. Essa ficha tem por modelo a base de dados do “Endovélico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”:

Nº Inventário - Número sequencial que identifica a Ocorrência Patrimonial utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

Projecto - Nome do projeto em que se insere o Estudo.

O.P. - Nome atribuído à Ocorrência Patrimonial identificada.

Data - Altura em que foi realizada a avaliação.

Localização Administrativa - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência Patrimonial.

Localização Geográfica - Todas as Ocorrências Patrimoniais são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projeção: Hayford-Gauss; Sistema de Referenciação: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).

Topónimo - Topónimo local onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Microtopónimo - Microtopónimo onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Proprietário - Sempre que for possível contactar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência Patrimonial, regista-se essa informação.

CMP - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

Classificação - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

Decreto Lei - Decreto de lei da classificação do monumento.

Estado Conservação - Estado de conservação do monumento.

CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

(Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial)

CATEGORIA		
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica

Tabela 1 Categoria atribuída a cada Ocorrência Patrimonial. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica

TIPO DE SÍTIO				
Abrigo	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro
Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basílica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptopórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira
Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Funerário	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Pelourinho	Poço	Pombal
Ponte	Povoado	Povoado Fortificado	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Sarcófago	Sepultura	Silo

Sinagoga	Talude	Tanque	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Torre	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Monte	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Espigueiro	Quinta	Alminha
	Vicus	Cruzeiro	Vest. diversos	

Tabela 2 Tipo funcional a que se refere a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no *thesaurus* do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>)

CRONOLOGIA

Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico
Neolítico	Neolítico Antigo	Neolítico Médio	Neolítico Final
Calcolítico	Calcolítico Final	Bronze Pleno	Bronze Final
Idade do Ferro	1ª Idade do Ferro	2ª Idade do Ferro	Romano
Romano Republicano	Romano Império	Romano Alto Império	Romano Baixo Império
Idade Média	Alta Idade Média	Baixa Idade Média	Islâmico
Moderno	Contemporâneo	Pré-História Antiga	Pré-História Recente
	Proto-História	Indeterminado	

Tabela 3 Cronologia da Ocorrência Patrimonial (A indicação de vários períodos cronológicos separados por “/” tem significado cumulativo)

CONTEXTO GEOLÓGICO

Granitos	Xistos	Calcários	Aluviões	Coluviões
Argila	Calcossilicatado	Basalto	Marga	Mármore
Silex	Tufo	Turfa	Outro	Arenitos
Areias	Terraço	Depósitos argilosos	Rochas vulcânicas	Dioritos
		Terraço fluvial/cascalheira		

Tabela 4 Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

TOPOGRAFIA

Arriba	Planície	Colina suave	Cerro – topo	Cerro – vertente
Canhão	Encosta	Grande elevação	Outros	Pequena elevação
Planície	Rechã	Vale aberto	Vale fechado	Leito de rio ou ribeiro
Espigão de meandro fluvial	Esporão	Escarpa	Plataforma / rechã	Planalto
	Praia		Várzea	

Tabela 5 Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência Patrimonial

VISIBILIDADE

Destaca-se bem	Destaca-se medianamente
Diluída na paisagem	Escondida

Tabela 6 Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência Patrimonial no território envolvente

CONTROLO VISUAL

Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)
-----------------------	-----------------------	---

Tabela 7 Nível do controlo visual que a Ocorrência Patrimonial detém sobre a paisagem

VEGETAÇÃO

Sem vegetação	Vegetação rasteira	Arbustos ou mato denso
Floresta/mata densa	Floresta/mata pouco densa	Cultura de vinha

Tabela 8 Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

USO DO SOLO

Agrícola	Turismo	Urbano	Agrícola regadio	Pastoreio
Eucaliptal	Mato	Montado	Olival	Outros
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Pinhal	Aterro	Baldio	Caminho	Pedregais
Agricultura manual	Agricultura mecânico	Latifúndio	Minifúndio	Socalcos
Recursos	Exploração agrícola		Pomar	Piscicultura

Tabela 9 Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no *thesaurus* do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

FONTES

Pesquisa	Bibliográfica	Cartográfica	Planos	Projectos de	Base de dados
Documental			Municipais	investigação	
Trabalho de Campo		Prospecção		Informação Oral	

Tabela 10 Fonte utilizada na identificação da Ocorrência Patrimonial: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

AMEAÇAS

Abandono	Construção	Agrícola	Agrícola regadio	Pastoreio
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Erosão marinha	Erosão fluvial	Gado	Outros	Rede viária
Barragem	Aterro	Baldio	Caminho	Agentes erosivos
	Vandalismo		Vegetação	

Tabela 11 Ameaças sobre a Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Presença	Ausência
----------	----------

Tabela 12 Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

DISPERSÃO DOS MATERIAIS

Extensa	Média
Pequena	Pontual

Tabela 13 Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

TIPO DE DISPERSÃO

Contínua	Dispersa
----------	----------

Tabela 14 Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

Local de Depósito - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente da CCDR.

ACESSIBILIDADE

Via Rápida
Estradão

Estrada Nacional
Caminho de pé posto

Estrada Municipal
Sem acesso

Tabela 15 Referência ao tipo de acesso à Ocorrência Patrimonial

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Conservação/Valorização
Levantamento

Escavação

Sondagem
Prospecção

Tabela 16 Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existentis em relação à Ocorrência Patrimonial

Bibliografia - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência Patrimonial.

Localização Face ao Projecto - Descrição da localização da Ocorrência Patrimonial em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência Patrimonial às unidades de projecto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.

Descrição - Descrição da Ocorrência Patrimonial em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

(Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Patrimonial Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Valor Arqueológico - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

Valor Arquitectónico - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência Patrimonial encontrada.

Valor Histórico - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor Etnográfico - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Representatividade - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

Potencial Científico - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Interesse Público - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Grau de Conservação - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Valor Arqueológico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Architectónico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Histórico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Etnográfico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Representatividade	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Potencial Científico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Interesse Público	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Grau de Conservação	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

Tabela 17 Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência Patrimonial no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado**: Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio**: Ocorrência Patrimonial (arqueológica, arquitectónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Reduzido**: Aplica-se a Ocorrências Patrimoniais que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. **Sem interesse**: Atribuído a construção actual ou a Ocorrência Patrimonial de interesse patrimonial totalmente destruído. **Indeterminado**: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da Ocorrência Patrimonial (interior e exterior no caso das construções)

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

(Para além da caracterização e importância da Ocorrência Patrimonial, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência Patrimonial está sujeita, assim como as medidas de Mitigação Adaptado do

Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Magnitude do Impacte - Corresponde ao grau de afectação de impacte na Ocorrência Patrimonial.

Área Sujeita a Impacte - Dimensão do impacte a Ocorrência Patrimonial (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

Probabilidade – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência Patrimonial.

Fase de Ocorrência – Fase de implantação do projecto em que irá ocorrer o impacte.

Carácter de Impacte – O impacte da Ocorrência Patrimonial poderá ser de carácter Direto ou Indireto. Direto quando significa a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, Indireto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.

Tipo de Impacte - Relativo ao período de tempo de impacte sobre da Ocorrência Patrimonial.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE

Magnitude do Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
-----------------------------	-----------------	---------------------	------------------------	-----------------	-------------------

Área Sujeita a	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Impacte					
Probabilidade	Certo	Muito provável	Possível		Pouco provável
Fase de Ocorrência	Construção		Exploração		Desativação
Carácter de Impacte		Indireto		Direto	
Tipo de Impacte		Temporário		Permanente	

Tabela 18 O grau de afectação do impacte na Ocorrência Patrimonial

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência Patrimonial impõe ao desenvolvimento do projeto, através de parâmetros específicos e objetivos, facilitando a sua inclusão dentro do projeto (Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte

Arqueológico”).

NÍVEL DE CONDICIONANTE

Nível 5	Condiciona a obra e as ações intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
Nível 4	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
Nível 3	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
Nível 2	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
Nível 1	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

Tabela 19 Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência Patrimonial

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Medida de classe A	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica. Estas podem ser mecânicas (quando os sítios não revelem indícios claros de conservação de contextos in situ e apresentem à superfície, numa grande extensão, manchas de dispersão de vestígios esparsos); ou manuais (sempre que exibam estruturas ou concentrações significativas de materiais arqueológicos ou outros indícios claros de conservação de contextos in situ)
Medida de classe B	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica. Estas podem ser mecânicas (quando os sítios não revelem indícios claros de conservação de contextos in

	situ e apresentem à superfície, numa grande extensão, manchas de dispersão de vestígios esparsos); ou manuais (sempre que exibam estruturas ou concentrações significativas de materiais arqueológicos ou outros indícios claros de conservação de contextos in situ)
Medida de classe C	Prospecção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
Medida de classe D	Prospecção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatização até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Elaboração de memórias descritivas para salvaguarda futura, com descrição das características morfo-funcionais, cronologia, estado de conservação, enquadramento cénico/paisagístico, bem como registo gráfico e fotográfico, e levantamentos topográficos, incluindo perfis e alçados, georreferenciados
Medida de classe E	Sinalização e/ou vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
Medida de classe F	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
Medida de classe G	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
Medida de classe H	Preservação da Ocorrência Patrimonial em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
Medida de classe I	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência Patrimonial situada na área de incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
Medida de classe J	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatização até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
Medida de classe K	Qualquer demolição ou alteração das ocorrências patrimoniais identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção
Medida de classe L	Trabalhos prévios de conservação e consolidação de estruturas que se revelem suscetíveis de sofrerem danos ou deterioração causados pela implementação do projeto
Medida de classe M	Recurso prévio a modelos de diagnóstico preditivos, através de métodos geofísicos ou outros, quando devidamente justificado
Medida de classe N	Avaliação espeleo-arqueológica de cavidades subterrâneas de génese natural (cársica, vulcânica, tectónica, erosiva) ou antrópica (minas, criptas, condutas)

Tabela 20 Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências Patrimoniais

REGISTO E INVENTÁRIO

Nesta fase é elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), é obrigatoriamente enviada à CCDR, de acordo com Dec. Lei

164/2014, de 04 de Novembro que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Os relatórios destes trabalhos arqueológicos a apresentar ao organismo competente da administração do Património Cultural devem conter, para além do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 164/14, de 4 de Novembro, os seguintes elementos:

- a) Breve descrição do projeto, com indicação da fase em que se encontra – AP, EP, PE – e no caso do RECAP, descrição e demonstração do cabal cumprimento das condições impostas na DIA e/ou na DCAPE;
- b) Descrição das ações para execução das infraestruturas/componentes do projeto que se prevê terem afetação direta ou indireta sobre o património, e explicitação de quais as correspondentes áreas de afetação direta e potencial afetação indireta;
- c) descrição da metodologia utilizada tendo em conta a fase do projeto;
- d) Indicação das áreas de projeto não prospetadas por desconhecimento da sua localização, e respetiva implantação cartográfica;
- e) Caracterização da situação de referência, com informação sobre as distâncias de cada ocorrência (considerando os limites exteriores) relativamente às áreas de afetação direta e indireta do projeto;
- f) Apresentação de uma ficha de caracterização patrimonial com descrição e localização, por cada ocorrência identificada; A ficha de caracterização patrimonial deverá, pelo menos, conter as seguintes informações: número de inventário, coordenadas, topónimo, correlação com o CNS (endovéllico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica), tipo, cronologia, descrição, registo fotográfico, potencial científico, grau de conservação e interação com o projeto (impacte).
- g) Identificação e avaliação dos impactes, com explicitação dos critérios utilizados nas diversas fases (construção, exploração, desativação);
- h) Proposta dos adequados ajustes ao projeto e medidas de minimização de carácter geral e específico, com a avaliação da eficácia das medidas propostas, a identificação dos impactes residuais, após a aplicação das mesmas, e eventuais medidas de compensação destes;
- i) Plano de Monitorização do Património Cultural na fase de exploração, nos casos aplicáveis;

- j) Cartografia comparativa da prospeção proposta/realizada, com indicação das lacunas de conhecimento (deficiências na prospeção);
- k) Cartografia do projeto com sinalização e numeração das ocorrências identificadas, à escala 1: 25 000. Quando em PE deverá ser também apresentada à escala (1:50 000 ou 1:2 000), com respetivo levantamento topográfico/batimétrico;
- l) Demonstração da progressão da prospeção no terreno, através de fotografia com referência na cartografia;
- m) No caso dos projetos referidos em 5. do Capítulo I, cartografia do projeto com indicação da natureza dos fundos subaquáticos;
- n) Cartografia individualizada e georreferenciada das áreas de dispersão implantação das ocorrências patrimoniais identificadas (polígonos com áreas de dispersão/concentração de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas, incluindo áreas mínimas para proteção dos vestígios);
- o) Descrição das condições de visibilidade do solo através de uma classificação simplificada e sua representação cartográfica, com sinalização das ocorrências identificadas, com trama ou cor, à escala adequada ao projeto; no caso de PE, quando se justifique, apresentar cartografia à escala de projeto (1:5 000 ou 1:2 000);
- p) Cartografia do projeto com implantação dos dados geofísicos (caso se opte por esta metodologia);
- q) Apresentação em formato digital dos dados brutos recolhidos através da prospeção geofísica (caso se opte por esta metodologia);
- r) Apresentação e análise de dados geológicos (caso tenham sido efetuados trabalhos de sondagem geológica no local de implantação do projeto);
- s) Apresentação de síntese da situação de referência, avaliação de impactos e medidas de minimização a incluir no Resumo Não Técnico (RNT).

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O objetivo primordial do trabalho foi identificar o maior número de sítios, vestígios e monumentos inseridos dentro da potencial área de incidência do Projeto, bem como, avaliar o tipo e dimensão dos potenciais impactos sobre estas ocorrências de valor patrimonial. Para a AE foi considerada uma área de 1.000m da envolvente da área de projeto.

As realidades de considerado interesse arqueológico, arquitetónico e etnográfico foram registadas através de um número de ordem inscrito nas folhas da Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), à escala 1:25 000.

PESQUISA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A Ampliação da Exploração Avícola Michel Paiva Unipessoal lda situa-se na freguesia e concelho de Castro Daire, distrito de Viseu, no entanto a AE abrange ainda as freguesias de São Joaninho e Mões do mesmo concelho.

O concelho de Castro Daire, situado no distrito de Viseu, pertence à Região Norte (NUT II) e está integrado na sub-região do Douro (NUT III). Com uma área total de cerca de 379 km², o município está dividido administrativamente em 16 freguesias e localiza-se geograficamente numa zona de transição entre o Maciço Antigo e as unidades montanhosas do interior norte, mais concretamente entre a Serra do Montemuro a norte e as escarpas orientais da Serra da Arada e da Serra da Nave a sul.

Castro Daire está limitado a norte pelos concelhos de Cinfães e Resende, a este por Lamego e Tarouca, a sul por Vila Nova de Paiva e a oeste por Arouca e São Pedro do Sul. A sede de concelho, com o mesmo nome, encontra-se a cerca de 25 km da cidade de Viseu, beneficiando da sua centralidade em relação ao vale do Douro e à região de Lafões. Esta posição geográfica é estratégica no contexto da ocupação humana e do desenvolvimento económico do território ao longo dos séculos.

O território de Castro Daire é profundamente marcado pela sua morfologia acidentada. A Serra do Montemuro, com altitudes que atingem os 1382 metros, domina a paisagem a norte, proporcionando um relevo montanhoso, com planaltos, cabeços e vales encaixados. Estas formas resultam de intensos processos erosivos e de modelação geológica associados à litologia granítica dominante. A zona centro-sul do concelho apresenta um relevo menos acidentado, com áreas de colinas e planaltos suaves, facilitando historicamente a fixação de populações e a prática agrícola.

Do ponto de vista geológico, Castro Daire insere-se na Zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico, sendo o substrato essencialmente constituído por granitos hercínicos (nomeadamente biotíticos e porfíroides) e metassedimentos, como xistos e quartzitos. Esta base geológica confere ao concelho uma riqueza mineral considerável e está na origem da morfologia rugosa da Serra do Montemuro, com afloramentos rochosos e blocos graníticos dispersos.

A presença de rochas sedimentares em algumas zonas do concelho também contribui para solos férteis em vales fluviais, embora a pedregosidade dificulte práticas agrícolas mecanizadas.

A rede hidrográfica do concelho é densamente ramificada e integra-se nas bacias hidrográficas do rio Paiva (a principal) e do rio Vouga. O rio Paiva, afluente do Douro, cruza o concelho de sul para norte, desempenhando historicamente um papel vital na organização do território, nas práticas agrícolas e na instalação de moinhos, azenhas e outros engenhos hidráulicos. Apresenta características de curso de montanha, com vales profundos e caudal variável, destacando-se pela sua qualidade ambiental e pelo potencial ecológico que lhe valeu a classificação como sítio da Rede Natura 2000.

Outros cursos de água relevantes incluem a Ribeira de Mões, a Ribeira de Almofala, a Ribeira de Picão e diversos ribeiros sazonais que drenam os planaltos e encostas montanhosas. A hidrografia local tem ainda importância patrimonial, não só pelo valor ecológico, mas também pelas práticas culturais associadas ao aproveitamento da água.

Cartograficamente, o concelho de Castro Daire está representado nas cartas topográficas do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) à escala 1:25 000 e 1:50 000. Também está incluído nos Modelos Digitais de Terreno (MDT) disponibilizados pela Direção-Geral do Território (DGT), fundamentais para estudos ambientais, arqueológicos e de ordenamento do território. A identificação e proteção de sítios arqueológicos e monumentos têm recorrido a georreferenciação em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), nomeadamente através da base de dados Endovélico (VER ANEXO IV, DESENHOS 1, 2).



Figura 2: Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita



Figura 3— Área envolvente de 1km (AE). A Vermelho a AID, a amarelo a All e a azul a AE. Google Earth
Pro imagem de 10.10.25

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

A região que hoje constitui o concelho de Castro Daire evidencia sinais de ocupação humana desde tempos remotos. O património megalítico é particularmente relevante, com mais de meia centena de monumentos identificados, nomeadamente antas, dólmens e mamoa. Estes sítios, situados preferencialmente entre a Serra do Montemuro e a transição para a Serra da Nave, correspondem aos períodos Neolítico e Calcolítico e evidenciam a existência de comunidades organizadas com práticas funerárias complexas.

Entre os sítios mais relevantes destacam-se as mamoa da Senhora da Ouvida (núcleos 31 a 39), a mamoa de Vila Pouca 2 e o conjunto megalítico de Pedra d'Arca (Almofala). As pinturas rupestres da Fonte da Pedra (Picão) enriquecem este panorama, indicando práticas simbólicas e rituais pré-históricos. Estes vestígios permitem compreender a complexidade das primeiras sociedades agrárias da região, como reforçado por Cruz et al. (2018), que descrevem o Montemuro como "um dos mais significativos núcleos de ocupação megalítica do Centro-Norte de Portugal".

Com o advento da Idade do Ferro, a população local reconfigura os padrões de ocupação, optando por povoamentos fortificados em elevações estratégicas – os castros. Dentre estes, destacam-se o Castro da Maga (Moledo), o Castro de Cabril (em vias de classificação) e o complexo amuralhado das Portas do Montemuro, cuja monumentalidade é excecional: muralhas com 1.500 metros de extensão e cerca de três metros de espessura.

Segundo Cruz et al. (2018), estas estruturas remontam, provavelmente, à Idade do Ferro, mas a sua longevidade e reutilização indicam fases de ocupação posteriores. O próprio topónimo "Castro Daire" reforça a hipótese da existência de um povoado castrejo no local da atual sede de concelho. Ana Pipa (2001) afirma que "a toponímia é um dos mais fiéis indicadores da persistência castreja, mesmo quando os vestígios materiais não são evidentes".

A romanização da região está bem documentada em Castro Daire. Durante a época romana, a região foi atravessada por importantes vias de comunicação, nomeadamente a estrada que ligava Lamego a Viseu, identificada por ViasRomanas.pt (2025) como a Viae Lamecum a Vissaium.

A via romana conhecida como Viae Lamecum a Vissaium constituía uma importante infraestrutura viária da época romana, integrando a rede de estradas secundárias que articulava os principais centros urbanos e administrativos do noroeste peninsular. Esta via estabelecia a ligação entre Lamecum (atual cidade de Lamego) e Vissaium (atual cidade de Viseu), atravessando o atual território do concelho de Castro Daire no sentido norte-sul.

O traçado da via, parcialmente conhecido, atravessa zonas de relevo acidentado, seguindo frequentemente o vale do rio Paiva, aproveitando as cumeadas e zonas de transição entre vales para facilitar a travessia do território. Vestígios do traçado são ainda visíveis em alguns locais do concelho de Castro Daire, designadamente em zonas próximas de Mões, Moledo e Monteiras. Em alguns troços, é possível observar estruturas pétreas associadas à via, como lajes, muros de suporte e até calçadas remanescentes.

A Viae Lamecum a Vissaium representa não apenas um legado da engenharia romana, mas também um eixo estruturante da paisagem cultural de Castro Daire. Ao longo da via, desenvolveu-se um conjunto de núcleos de povoamento, santuários, necrópoles e espaços agrícolas que mostram a adaptação e integração do território na lógica imperial romana.

O sítio de Lamas de Moledo fornece um contributo notável para a confirmação da ocupação romana, apresentando inscrições latinas de época imperial, uma das quais de difícil interpretação, mas frequentemente citada pela historiografia nacional. Segundo Encarnação (1984), a epigrafia de Lamas de Moledo constitui "um testemunho da penetração da cultura latina em territórios de transição entre as zonas romanizadas e as de persistência indígena". Azevedo (1954) refere-a como "um documento musical ímpar em contexto europeu", e Vasconcelos (1989) interpreta-a como uma epígrafe de carácter votivo. Esta inscrição, enigmática e bilingue (latim e língua local), tem sido objeto de diversos estudos epigráficos e aponta para um santuário local ou lugar de culto.

Além das inscrições, materiais cerâmicos e moedas foram recolhidos ao longo da antiga via, sobretudo em contextos de escavação ou obras públicas. Em muitos casos, pedras miliárias

desaparecidas são referidas em fontes locais do século XIX, o que confirma o uso prolongado desta via até à Idade Média.

Nas palavras de Jorge de Alarcão (1988), "as vias romanas não são meras estradas; são os nervos do Império, através dos quais circulavam não só mercadorias, mas também ideias, pessoas e culturas". Esta afirmação é particularmente pertinente para o caso de Castro Daire, onde a romanização deixou marcas duradouras, visíveis na toponímia, na arqueologia e nas tradições locais.

Vestígios de villae, moedas, cerâmica e construções indicam uma romanização densa e estruturada. A Ponte Pedrinha, do século XIX, substitui uma anterior de época romana, evidenciando o aproveitamento contínuo das vias ancestrais.

O topónimo Castro Daire como anteriormente indicado sugere uma continuidade de ocupação desde a época castreja. A vila surge mencionada nas Inquirições de D. Afonso III, embora a carta de foral manuelina de 1514 refira uma concessão anterior atribuída a D. Dinis, cujo documento se encontra desaparecido.

Durante a Idade Média, o território esteve inserido no vasto jugado da Terra de Moção, dividido entre o património real (a poente) e os domínios senhoriais de Egas Moniz (a nascente), tutor de D. Afonso Henriques. Estes domínios incluíam as terras de Mezio, Vale do Conde, Mões e Moledo.

No século XIV, D. Pedro, Conde de Barcelos, detinha o senhorio do território, mas foi destituído por traição em 1385, passando a jurisdição para D. João Henriques Pereira. O estatuto municipal foi reforçado com a concessão do foral manuelino, marco essencial na definição jurídico-administrativa da vila.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, Castro Daire atravessou um ciclo de expansão económica e demográfica. A construção de casas senhoriais, edifícios religiosos e infraestruturas públicas como a Ponte Pedrinha testemunham a vitalidade do concelho.

O património edificado conta com vários monumentos classificados, incluindo a Igreja Matriz (IIP), a Capela de S. Sebastião (IIP), a Casa da Cerca e o Pelourinho de Castro Daire. Estas estruturas, para além do seu valor arquitetónico, são também testemunhos materiais da história política, religiosa e social da região.

O concelho de Castro Daire possui mais de 120 ocorrências arqueológicas na base de dados do Endovélico, incluindo:

Achado Isolado da Idade do Bronze

Castro Daire 1: Povoado Fortificado da Idade do Bronze Final e Romano

Castro d'Aire: Povoado da Idade do Bronze Final, Idade do Ferro e Romano

Senhora da Ouvida 24 a 39: Necrópole e mamoa do Neo-Calcolítico e Idade do Bronze

Vila Pouca 2: Mamoa do período Neo-Calcolítico

Castro da Maga (Moledo): Castro da Idade do Ferro

Castro de Cabril: Povoado fortificado

Lamas de Moledo: Vários sítios epigráficos e inscrições romanas

Almofala: Pedra d'Arca (conjunto de mamoas)

Picão: Fonte da Pedra (pinturas rupestres)

Mões: Vestígios de villa romana e cerâmica

Mezio e Gosende: Achados dispersos da Idade do Ferro e Romanos

No âmbito da pesquisa documental efetuada, nomeadamente através da consulta à base de dados Endovélico, gerida pelo Património Cultural, foram identificados 120 sítios arqueológicos registados no território correspondente ao concelho de Castro Daire, sendo que 15 são na própria freguesia de Castro Daire:

Castro Daire, Achado(s) Isolado(s) da Idade do Bronze

Castro Daire 1, Povoado Fortificado da Idade do Bronze, Idade do Bronze - Final e Romano

Castro d' Aire, Povoado da Idade do Bronze - Final, Idade do Ferro e Romano

Senhora da Ouvida 24, Necrópole da Idade do Bronze - Final

Senhora da Ouvida 25, Necrópole da Idade do Bronze - Final

Senhora da Ouvida 31, Mamoa do período Neo-Calcolítico e Idade do Bronze

Senhora da Ouvida 32, Mamoa do período Neo-Calcolítico e Idade do Bronze

Senhora da Ouvida 33, Mamoa do período Neo-Calcolítico

Senhora da Ouvida 34, Mamoa da Idade do Bronze

Senhora da Ouvida 35, Mamoa da Idade do Bronze

Senhora da Ouvida 36, Mamoa da Idade do Bronze

Senhora da Ouvida 37, Mamoa da Idade do Bronze

Senhora da Ouvida 38, Mamoa da Idade do Bronze

Senhora da Ouvida 39, Mamoa da Idade do Bronze

Vila Pouca 2, Mamoa do período Neo-Calcolítico

Estes registos atestam a riqueza e diversidade do património arqueológico local, refletindo uma ocupação humana prolongada ao longo de diferentes períodos cronológicos, desde a Pré-história até à Época Moderna, passando por contextos do período romano e da Idade Média.

No âmbito do presente estudo, procedeu-se a uma pesquisa documental detalhada, com o objetivo de identificar eventuais ocorrências de património arqueológico e arquitetónico dentro da área de estudo (AE), através da consulta de fontes oficiais e plataformas especializadas. Esta pesquisa visou ainda avaliar os instrumentos de gestão territorial vigentes, bem como a literatura científica e bases de dados temáticas relevantes.

Foi consultado o portal www.monumentos.gov.pt, que agrega a informação relativa ao património arquitetónico classificado ou em vias de classificação, bem como aos imóveis

inventariados no âmbito de levantamentos municipais e regionais. Não foi identificada qualquer referência a bens patrimoniais, classificados ou em vias de classificação, no interior da AE.

Paralelamente, foi analisada a cartografia constante das Cartas de Ordenamento e das Cartas de Condicionantes do Plano Diretor Municipal (PDM) do concelho de Castro Daire, com especial atenção às áreas assinaladas como sensíveis do ponto de vista patrimonial ou sujeitas a servidões administrativas associadas ao património cultural. Também neste âmbito não foram identificadas quaisquer delimitações ou ocorrências patrimoniais dentro da área de estudo, seja de natureza arqueológica, arquitetónica ou etnográfica.

No que diz respeito ao património viário antigo, foi consultada a base de dados [Vias Romanas em Portugal – Itinerários5](#), da autoria de Pedro Soutinho, que constitui uma das mais completas sistematizações do traçado conhecido da rede viária romana no território nacional, com base em evidência arqueológica, documental e epigráfica. A consulta não revelou a presença de qualquer via romana identificada no interior da AE.

Adicionalmente, foi efetuada uma pesquisa no portal do Património Cultural – SIPA/DGPC(<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/>), no qual não foram registados Monumentos Classificados ou em vias de Classificação ao abrigo da legislação nacional na área em análise.

Por fim, recorreu-se à base de dados arqueológica “Endovélico”, gerida pelo Património Cultural IP, que agrega a informação oficial relativa a sítios arqueológicos, achados isolados, contextos patrimoniais e ocorrências arqueológicas identificadas no território português. A pesquisa efetuada não identificou qualquer registo arqueológico dentro da AE.

ANÁLISE TOPONÍMICA

Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente.

Na pesquisa documental realizada da AE, foi utilizada como fonte a carta militar nº 157, que oferece um detalhado suporte cartográfico para a identificação de elementos de interesse arqueológico. Durante esta análise, foi possível identificar um topónimo relevante que poderá indicar a presença de um sítio arqueológico de potencial importância: Covas.

O topónimo "Covas" sugere a existência de depressões naturais no terreno, podendo fazer referência a uma gruta, uma cavidade ou um buraco subterrâneo, conhecido na terminologia

local como "algar". Estas formações naturais são frequentemente associadas a contextos arqueológicos, uma vez que foram utilizadas pelo Homem em diferentes períodos históricos para diversos fins, tais como habitação, enterramento, abrigo temporário ou local de rituais.

A presença deste topónimo poderá revelar vestígios materiais ou estruturas associadas a ocupações humanas antigas. A identificação de grutas ou algares é particularmente relevante, pois estes locais tendem a preservar informações valiosas sobre o modo de vida, práticas culturais e ocupações passadas.

Assim, o topónimo "Covas" funciona não só como um indicador toponímico de potencial interesse arqueológico, mas também como um ponto de partida para futuras prospeções e intervenções arqueológicas, essenciais para a salvaguarda do património cultural e histórico da região.

ANÁLISE FISIAGRÁFICA

Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospetar.

A área em estudo insere-se numa região de confluência de montanha, integrando a transição entre o maciço montanhoso da Serra de Montemuro e as zonas de cotas intermédias adjacentes. Trata-se de um território com relevo acidentado, caracterizado por declives pronunciados e altitudes variáveis, o que confere ao local uma morfologia marcadamente montanhosa. A envolvente imediata é predominantemente florestal, com coberto vegetal composto essencialmente por espécies autóctones e algumas exóticas, como o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), reflexo da pressão económica sobre o uso do solo.

Do ponto de vista edafológico, os solos são de natureza argilosa, revelando uma boa capacidade de retenção de água, embora sujeitos a erosão em zonas de maior inclinação. A geologia local é dominada por formações xistentas, comuns nesta parte da região Centro de Portugal, que conferem ao solo características específicas em termos de estabilidade e drenagem.

A Área de Implantação Direta (AID) localiza-se sobre uma plataforma artificial, construída expressamente para a instalação da unidade avícola atualmente em funcionamento. Esta

intervenção modificou significativamente o perfil original do terreno, alterando tanto a sua topografia como a sua composição superficial. A modificação antropogénica resultou na criação de uma superfície nivelada, distinta do relevo natural da zona envolvente.

Através da análise de séries temporais de imagens de satélite, nomeadamente através da aplicação Google Earth Pro, é possível aferir que a transformação do uso do solo nesta área ocorreu num intervalo temporal compreendido entre os anos de 2015 e 2019. Antes deste período, a área em questão apresentava um uso predominantemente florestal, evidenciado por uma mancha vegetal contínua, com ausência de estruturas edificadas visíveis. A conversão do uso do solo reflete, assim, uma mudança significativa na paisagem e nas dinâmicas territoriais locais, com implicações ao nível ambiental, hidrológico e ecológico.



Figura 4– Google Earth Pro imagem de 17.08.23. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 5– Google Earth Pro imagem de 25.05.19. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 6– Google Earth Pro imagem de 05.04.15. A vermelho a AID e a amarelo a AII

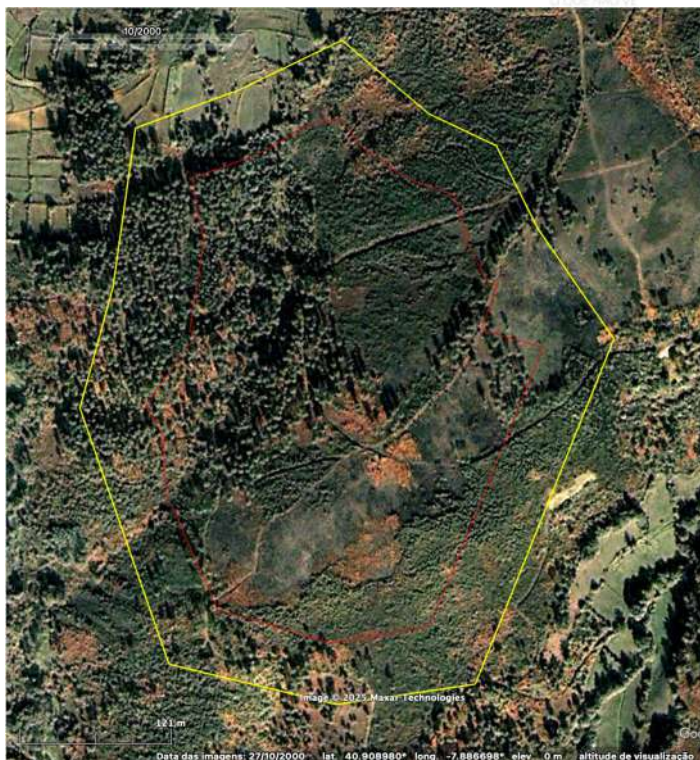


Figura 7– Google Earth Pro imagem de 07.10.00. A vermelho a AID e a amarelo a All

TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO

Esta fase de trabalhos tem como objetivo o reconhecimento, descrição, classificação e inventariação dos dados inventariados durante a fase de pesquisa documental e o reconhecimento de indícios toponímicos e fisiográficos que apontem para a presença de outros vestígios inéditos relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial construído na área a ser afetada.

Decreto-Lei n.º 164/2014 – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, considerando as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro), foi elaborado um pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos à CCDR.

Os trabalhos de campo referentes à prospeção arqueológica foram realizados no dia 07 de Junho de 2025 e em data posterior após a implantação da charca em 19.03.26, decorrendo em condições meteorológicas favoráveis à realização da batida de campo. As condições atmosféricas, com céu limpo, ausência de precipitação e boa luminosidade, permitiram uma observação eficaz e sem constrangimentos das características do terreno.

A metodologia adotada consistiu na realização de uma prospeção pedestre sistemática, cobrindo a totalidade da área de incidência direta (AID) – correspondente ao local de implantação do projeto –, como na área de incidência indireta (All), definida como a faixa com 50 metros de largura envolvente à AID. A cobertura do terreno foi efetuada sempre que a densidade da vegetação o permitiu, com registo fotográfico, georreferenciação e registo

descritivo dos locais percorridos, conforme preconizado nas boas práticas metodológicas de diagnóstico arqueológico.

Verificou-se que a localização do pavilhão a construir situa-se sobre uma plataforma artificial previamente construída, concebida especificamente para a instalação da unidade avícola atualmente em funcionamento.

Esta plataforma corresponde a uma área já sujeita a profundas alterações morfológicas e transformações antrópicas do solo, decorrentes de operações de regularização topográfica, movimentações de terras e compactações associadas à instalação original da unidade produtiva. A natureza artificial desta superfície, aliada ao seu uso consolidado, reduz significativamente a probabilidade de ocorrência de contextos arqueológicos preservados, uma vez que as camadas superficiais e eventualmente arqueologicamente relevantes terão sido removidas ou perturbadas durante a fase de implantação inicial da infraestrutura existente.

No entanto os equipamentos como casa de caldeira, fossas serão construídos fora da plataforma existente.

No decurso da prospeção arqueológica realizada na AID, verificou-se que a visibilidade do terreno foi, no geral, considerada boa nas zonas diretamente associadas aos pavilhões já construídos, ou seja, na zona da plataforma artificial construída, onde os solos se apresentavam mais expostos e desprovidos de cobertura vegetal significativa, (ver anexo IV, Desenhos 3 e 4).

Relativamente às áreas exteriores ao talude artificial, observa-se a predominância de coberto vegetal de carácter espontâneo, composto essencialmente por vegetação rasteira, herbáceas e matos baixos, intercalados com manchas arbóreas dispersas. Verifica-se a presença de povoamentos florestais pouco densos, dominados por espécies como pinheiro, bem como alguns exemplares isolados de outras espécies, contribuindo para uma estrutura vegetal heterogénea.

O estrato herbáceo apresenta-se relativamente desenvolvido, com zonas de maior densidade de gramíneas secas e matos, associadas a solos pouco consolidados e com abundante material detrítico à superfície. Em determinadas áreas, observa-se ainda a acumulação de restos vegetais, como caruma e fetos secos.

Assim, globalmente, pode considerar-se que a área apresenta condições de visibilidade heterogéneas, predominantemente parciais, com implicações diretas na capacidade de deteção de eventuais vestígios à superfície.

A análise fisiográfica efetuada no decurso da prospeção arqueológica de campo não revelou quaisquer vestígios inéditos ou indícios de contextos com potencial valor arqueológico,

nomeadamente estruturas, materiais dispersos à superfície, alterações antrópicas do solo com características suspeitas ou outros indicadores patrimoniais relevantes.



Figura 8– Google Earth Pro, imagem de 10.10.25. Progressão no terreno da prospeção com o apoio fotográfico. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 9– Google Earth Pro, imagem de 10.10.25. Visibilidade do terreno. Linhas amarelas correspondem às AII e as linhas vermelhas às AID. Mancha a vermelho – visibilidade nula, mancha a amarelo – visibilidade parcial, mancha a verde – visibilidade boa.

Em relação à localização de estaleiro de obra, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

No que respeita a áreas de empréstimos e vazadouros, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

RESULTADOS - SÍNTESE

Ocorrências Patrimoniais Identificadas

No âmbito do presente estudo, que incluiu a pesquisa documental sistematizada e a prospeção arqueológica de campo, não foram identificadas quaisquer Ocorrências Patrimoniais (OP) no interior da Área de Incidência Direta (AID) nem na Área de Incidência Indireta (AII) do Projeto. Esta ausência refere-se tanto à não existência de registos formais em bases de dados oficiais – como o Endovélico, e o portal do Património Cultural –, como à não deteção de vestígios ou indícios arqueológicos ou patrimoniais visíveis à superfície no decurso da batida de campo.

Medidas de Minimização de Impacte

Na análise de impactes podem-se distinguir dois tipos de impactes: impactes diretos negativos e impactes indiretos negativos. Os primeiros significam a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, os segundos a alteração do seu contexto primitivo.

As medidas de minimização preconizadas têm como objetivo a preservação integral de todas as Ocorrências de valor patrimonial identificadas na área afeta ao projeto e a salvaguarda de toda a informação arqueológica, patrimonial e etnográfica que eventualmente poderá ser afetada.

Neste contexto teve-se em consideração:

- A probabilidade de destruição da Ocorrência Patrimonial;
- A possibilidade de degradação/destruição, devido à circulação de maquinaria pesada e pessoal afetos à obra da Ocorrência Patrimonial;
- A possibilidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a existência de achados de superfície, ou notícia da sua existência;
- A eventualidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a notícia de um achado isolado ou de um monumento já destruído.

Avaliação de Impacte

Fase de Construção:

Durante a prospeção arqueológica de campo realizada nas Áreas de Incidência Direta (AID) e Indireta (AI), não foram identificadas quaisquer ocorrências patrimoniais visíveis à superfície do solo, nem vestígios materiais que indiquem a presença de contextos arqueológicos ou etnográficos preservados.

Verifica-se, no entanto, que o projeto tem uma condicionante de nível 2: “Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras”.

O motivo para a recomendação do Acompanhamento arqueológico decorre da presença de áreas com visibilidade parcial no momento da prospeção de campo, nomeadamente zonas com coberto vegetal denso, que limitaram a observação direta da totalidade da superfície do solo. A presença destas zonas de baixa visibilidade constitui um fator de incerteza que, embora não indique diretamente a existência de vestígios patrimoniais, não permite excluí-la com total segurança, justificando a adoção de uma abordagem preventiva durante os trabalhos de construção.

Assim, o acompanhamento arqueológico em obra deverá incidir sobre todas as ações que impliquem movimentação de terras, remoção de solo original ou escavações de qualquer natureza, garantindo a deteção e salvaguarda imediata de eventuais contextos arqueológicos inesperados. Esta medida visa assegurar o cumprimento das normas legais em vigor e das boas práticas de gestão do património cultural, promovendo simultaneamente a compatibilização entre a execução do projeto e a preservação do património arqueológico eventualmente existente.

Fase de Funcionamento:

Durante a fase de funcionamento do projeto — correspondente à operação regular da infraestrutura já implantada — não se preveem intervenções adicionais sobre o subsolo, nem ações que impliquem riscos diretos ou indiretos para o património arqueológico ou cultural.

A natureza das atividades previstas para esta fase é de carácter funcional e rotineiro, envolvendo o uso de estruturas existentes sem necessidade de escavações, ampliações ou obras complementares. Não se antevêm impactos decorrentes de fatores como vibrações, erosão, escorrência, contaminação ou poluição, que pudessem vir a afetar, de forma direta ou indireta, eventuais contextos patrimoniais na envolvente.

Deste modo, e considerando a ausência de ocorrências patrimoniais na área de estudo, o impacte durante a fase de funcionamento é igualmente considerado nulo

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico.

- Medidas de minimização de carácter geral:

Medida de classe J - Recomenda-se a realização de prospeção arqueológica sistemática da área a intervencionar, antes e após os trabalhos de desmatção, com o objetivo de garantir a observação direta da superfície do solo e a eventual deteção de vestígios arqueológicos que se encontrem ocultos pela vegetação. Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todas as ações de revolvimento de terras vegetais, nomeadamente escavações, nivelamentos, abertura de valas para fundações ou infraestruturas subterrâneas (águas, eletricidade, esgotos, drenagens), incluindo ainda os locais de deposição temporária de terras (aterros e escombreciras). Este acompanhamento deverá ser realizado por técnico arqueólogo qualificado, com registo gráfico e fotográfico detalhado de todos os processos e realidades observadas, bem como a produção de relatórios de acompanhamento periódicos, conforme estipulado nas boas práticas da arqueologia preventiva. Estas medidas visam antecipar a deteção de contextos arqueológicos desconhecidos, assegurando que qualquer eventual ocorrência seja devidamente registada, documentada e, se necessário, objeto de salvaguarda, em articulação com a entidade tutelar.

CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO

O presente Estudo de prospeção sistemática e de levantamento bibliográfico realizado no âmbito do projeto da “Ampliação da Exploração Avícola Michel Paiva Unipessoal lda” teve como objetivo principal a identificação e avaliação de eventuais vestígios arqueológicos, etnográficos e arquitetónicos que pudessem ser afetados pela execução das intervenções previstas.

A investigação realizada permitiu não só a recolha de dados diretos relativos à existência ou ausência de vestígios materiais, como também a compreensão aprofundada da dinâmica ocupacional histórica e pré-histórica da região, revelando os diferentes períodos de ocupação humana e os processos de transformação cultural e ambiental que marcaram a área ao longo do tempo.

Por meio da pesquisa documental, cartográfica e bibliográfica, foi possível caracterizar as principais especificidades histórico-culturais do território, incluindo a identificação de elementos relevantes da paisagem cultural, os contextos sociais e económicos que influenciaram a ocupação e uso do solo, bem como os traços do património imaterial que perduram na memória coletiva local.

Esta análise integrada evidencia que a área em estudo se insere num concelho com uma ocupação humana permanente e contínua, de grande importância no contexto histórico do interior centro de Portugal. Tal relevância histórica reflete-se em vestígios arqueológicos e manifestações culturais que documentam um legado rico e diversificado.

Assim, a avaliação patrimonial aqui desenvolvida contribui para um melhor conhecimento do passado local, permitindo enquadrar o projeto no contexto da preservação do património cultural e reforçando a importância de salvaguardar os valores históricos e arqueológicos da região, garantindo que as intervenções futuras respeitem a memória e identidade do território.

No âmbito do presente estudo, que incluiu a pesquisa documental sistematizada e a prospeção arqueológica de campo, não foram identificadas quaisquer Ocorrências Patrimoniais (OP) no interior da Área de Incidência Direta (AID) nem na Área de Incidência Indireta (AII) do Projeto. Esta ausência refere-se tanto à não existência de registos formais em bases de dados oficiais – como o Endovélico, e o portal SIPA/DGPC do Património Cultural –, como à não deteção de vestígios ou indícios arqueológicos ou patrimoniais visíveis à superfície no decurso da batida de campo.

A totalidade da AID e da AII foi percorrida de forma sistemática, sempre que as condições de visibilidade o permitiram, e os resultados obtidos reforçam o enquadramento do local como uma área de baixa sensibilidade patrimonial, não apresentando riscos evidentes para o património cultural conhecidos à data.

Em termos gerais os trabalhos efetuados não revelaram quaisquer ocorrências patrimoniais à superfície do solo nas AID e AII.

Verifica-se que o projeto tem uma condicionante de nível 2: “Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras”.

O motivo para a recomendação do Acompanhamento arqueológico decorre da presença de áreas com visibilidade parcial no momento da prospeção de campo, nomeadamente zonas com coberto vegetal denso, que limitaram a observação direta da totalidade da superfície do solo. A presença destas zonas de baixa visibilidade constitui um fator de incerteza que, embora não indique diretamente a existência de vestígios patrimoniais, não permite excluí-la com total segurança, justificando a adoção de uma abordagem preventiva durante os trabalhos de construção.

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico.

- Medidas de minimização de carácter geral:

Medida de classe J - Recomenda-se a realização de prospeção arqueológica sistemática da área a intervencionar, antes e após os trabalhos de desmatização, com o objetivo de garantir a observação direta da superfície do solo e a eventual deteção de vestígios arqueológicos que se encontrem ocultos pela vegetação. Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todas as ações de revolvimento de terras vegetais, nomeadamente escavações, nivelamentos,

abertura de valas para fundações ou infraestruturas subterrâneas (águas, eletricidade, esgotos, drenagens), incluindo ainda os locais de deposição temporária de terras (aterros e escombrelas). Este acompanhamento deverá ser realizado por técnico arqueólogo qualificado, com registo gráfico e fotográfico detalhado de todos os processos e realidades observadas, bem como a produção de relatórios de acompanhamento periódicos, conforme estipulado nas boas práticas da arqueologia preventiva. Estas medidas visam antecipar a deteção de contextos arqueológicos desconhecidos, assegurando que qualquer eventual ocorrência seja devidamente registada, documentada e, se necessário, objeto de salvaguarda, em articulação com a entidade tutelar.

PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO

Considerando os resultados obtidos, prevê-se a necessidade de implementação:

-Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatção até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos.

- Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

- No âmbito do acompanhamento arqueológico deve complementar-se a caracterização arqueológica através da consulta dos processos relativos aos sítios arqueológicos identificados, de cartografia e documentação histórica.

- A descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos durante o acompanhamento nas áreas de intervenção obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e à sua comunicação ao órgão competente da Tutela e demais autoridades, em conformidade com as disposições legais em vigor. Esta situação pode determinar a adoção de medidas de minimização complementares pelo que deve ser apresentada uma Nota Técnica com a descrição, avaliação do impacto, registo gráfico e uma proposta de medidas a implementar. Deve ser tido em consideração que as áreas com vestígios arqueológicos conservados e que venham a ser afetados de forma irreversível têm que ser integralmente escavados.

- A recolha de espólio móvel deve ocorrer de forma a prevenir qualquer perigo imediato para os bens, assim como deve ser executada sem que em momento algum seja colocada em perigo a integridade dos bens e assegurar a sua preservação a longo prazo empregando técnicas e métodos não destrutivos, em conformidade com a legislação em vigor (Resolução da Assembleia da República nº 51/2006, de 18 de julho e publicada pelo aviso 6/2012 de 26 de Março, Decreto-Lei nº164/97, de 27 de Junho e a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO

No cumprimento da legislação em vigor (DL no 164/2014, de 4 de novembro) os resultados obtidos durante as intervenções realizadas no âmbito dos trabalhos de Prospeção Arqueológica Prévia deverão ser alvo de publicação científica, em língua portuguesa ou inglesa. Deste modo a AFA Arqueologia Conservação e Restauro prevê a publicação dos resultados da intervenção em revista da especialidade, sem prejuízo de outras formas de publicitação. Não se descarta também a possibilidade da apresentação das intervenções e dos seus resultados em conferências, congressos e palestras. Para além disto, também se envia agora, como resulta das disposições legais vigentes, uma cópia em CD.

MOREIRA DA MAIA,

MARÇO DE 2026

ARTUR FONTINHA, ARQUEÓLOGO

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988), Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vol . Vol. 1: Introduction. Vol. 2 (fasc. 1): Porto, Bragança, Viseu. Vol. 2 (fasc. 2): Coimbra, Lisboa. Vol. 2 (fasc. 3): Évora, Lagos, Faro. BA: PI/Ala.
- ALARCÃO, J. (1988), Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips;
- AZEVEDO, R. (1954), A inscrição de Lamas de Moledo: “Documento musical único na Europa”;
- CORREIA, A. (1995), Castro Daire. Roteiro Turístico
- CRUZ, D. J. et al. (2018), Considerações sobre a Pré e a Proto-história da Serra do Montemuro (CuPAUAM 44). Universidade de Coimbra
- ENCARNAÇÃO, J. (1984), Inscrições romanas do Conventus Pacensis : subsídios para o estudo da romanização. Tese de doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à FLUC. Coimbra.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1924) - Monumentos préhistóricos do Concelho de Viseu. In O Arqueólogo Português. Lisboa. 1ª série: 26, p. 282288.
- PIPA, A. (2001), Alto Paiva: povoamento romano e alto-medieval (Mestrado, Universidade de Coimbra).
- RAMALHO, Américo da Costa (1954) - A inscrição de Lamas de Moledo (Castro Daire). In Humanitas. Coimbra. nova série, 23, p. 4042.
- SIPA / DGPC. Ficha da Muralha das Portas de Montemuro (IIP, 1974) e da Inscrição de Lamas de Moledo (IIP, 1953).
- VASCONCELOS, F. P. C. (1989), As inscrições indígenas de Lamas de Moledo em Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu .
- VAZ, J. L. I., ALVES, A., CORREIA, A. (1995), Castro Daire;
- VAZ, J. L. I., PEDRO, I. S. S., ADOLFO, J. (1994), Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão Lafões
- VIEIRA, Marina Afonso (2000). Alto Paiva. Povoamento nas épocas romanas e altomedieval. Coimbra: 19.

ENQUADRAMENTO LEGAL

- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Lei n.º 107/01*, 209/01 SÉRIE I-A, Sábado, 8 de Setembro de 2001, Assembleia da República, Pág. do DR 5808 a 5829;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97*, DR 289/97 SÉRIE I-A de 1997-12-16;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 164/2014*, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos)
- DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*;
- DGPC, Circular de 01 de Setembro de 2010, *Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos*;
- DGPC, Circular de 24 de Maio de 2011, *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para Atualização do Endovélico*.

DGPC, Circular de 27 de Dezembro de 2011, *Documentação Gráfica*.

CARTOGRAFIA

“Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 157.

BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET

www.earth.google.com (*consultado a 02.06.25*)

www.patrimoniocultural.gov.pt/pt (*consultado a 02.06.25*)

www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm (*consultado a 02.06.25*)

www.monumentos.pt/Site/APP (*consultado a 02.06.25*)

www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/ (*consultado a 02.06.25*)

ANEXOS